



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

18/04/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo prevê salário mínimo sem ganho real pelo 4º ano seguido

O governo prevê que o salário mínimo vá subir para R\$ 1.294 em 2023, uma elevação de 6,7% em relação a 2022. Se o valor for confirmado, esse será o quarto ano seguido sem aumento real.

Os números estão no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, enviado nesta quinta-feira (14) ao Congresso. A previsão é de mais um ano de rombo nas contas públicas.

O valor para o salário mínimo cobre apenas o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), voltado à inflação sentida pelos brasileiros de menor renda. A projeção do governo é que o índice termine 2022 em 6,7%.

"Está sendo considerado, para fins de projeção das despesas, apenas o arcabouço legal atualmente vigente, como, por exemplo, o preceito constitucional de manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo", afirma o texto do PLDO.

Apesar da previsão, o governo tem até dezembro para definir qual será de fato o salário mínimo aplicado para 2023. No ano passado, a definição foi feita por meio de uma MP (Medida Provisória) em 31 de dezembro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 15 de abril.

INSS começa a pagar 13º em uma semana

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começa a pagar, na próxima segunda-feira (25), a primeira parcela do 13º para aposentados, pensionistas e demais segurados com direito ao valor. O dinheiro é liberado conforme o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador.

Assim como ocorreu em 2020 e 2021, a primeira e a segunda parcelas da gratificação natalina estão sendo adiantadas para o primeiro semestre do ano. Ao todo, 31,6 milhões de segurados vão receber o dinheiro, somando R\$ 56,7 bilhões injetados na economia.

A consulta ao valor exato do 13º do INSS já pode ser feita pelo beneficiário por meio do aplicativo ou site Meu INSS. Ainda não é possível ver o valor provisionado na conta bancária, diz o instituto.

A primeira parcela corresponde à exatamente metade do valor do benefício para quem já estava aposentado em janeiro. No caso de quem se aposentou depois, o valor a ser pago é proporcional aos meses de recebimento da aposentadoria.

Já a segunda parcela pode ter desconto do Imposto de Renda para quem está obrigado a pagar. É isento do IR o benefício de até R\$ 1.903,98 por mês.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 18 de abril.

Segurado deve ficar atento na hora de pedir a aposentadoria

Ter acesso à aposentadoria é um sonho para muitos cidadãos, após a dedicação ao trabalho e anos de contribuição à Previdência Social. Porém, nem sempre esse pedido ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é aceito. Muitas vezes, a solicitação acaba rejeitada em um primeiro momento por problemas em documentações ou por conta da não apresentação de algumas informações importantes ao longo do processo.

A atenção para evitar erros deve ser ainda mais redobrada agora, já que os servidores do INSS estão em greve desde o mês passado, o que deve atrasar a análise dos pleitos de benefícios previdenciários protocolados pelos brasileiros.

Segundo advogados especializados em Direito Previdenciário, é preciso reunir diversos documentos de forma correta para enviá-los à autarquia. Caso contrário, a pessoa poderá ficar ainda alguns meses sem receber a tão aguardada aposentadoria.

A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante de Castro Ladenthin, afirmou que o primeiro passo antes de o cidadão requerer esse benefício à autarquia é observar o extrato beneficiário, o chamado CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 17 de abril.

Distribuidoras de energia disputam R\$ 60 bi que aliviarão conta de luz

A agência que regula o setor de energia elétrica, a Aneel, discute o destino de mais de R\$ 60 bilhões em créditos tributários que podem ser usados para aliviar a conta de luz dos brasileiros. O processo que trata do tema, porém, praticamente parou há um ano, na fase de audiências públicas.

As distribuidoras afirmam que sustentaram a batalha jurídica que garantiu esses créditos tributários. Das 53 distribuidoras em operação, 49 entraram na Justiça. Assim, elas entendem que têm direito aos créditos. Como a agência já vetou essa alternativa, pedem uma boa compensação por questionarem uma tributação considerada inadequada, e mais um adicional para cobrir os custos processuais.

A entidade que representa as empresas, a Abradee, não chega a cravar um montante, sob o argumento de que há diferentes critérios em debate. No entanto, sugestões apresentadas à agência e estimativas do mercado sinalizam que o valor desses dois itens oscilaria, por baixo, na casa dos R\$ 20 bilhões, ou seja, ao menos um terço do total.

Três exemplos ilustram quantos bilhões estão em jogo no universo empresarial. Em valores ajustados a julho de 2021, a atualização mais recente, os consumidores da distribuidora Enel, que atende São Paulo, pagaram a mais em tributos, que agora têm a receber, R\$ 7,5 bilhões. Os consumidores da Light, do Rio de Janeiro, R\$ 6,4 bilhões. Os da mineira Cemig, R\$ 6,2 bilhões.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 17 de abril.

Com gasolina cara, mercado de bairro ganha a preferência

A mudança de hábito de consumo do brasileiro provocada pela disparada da inflação vai além da redução das quantidades de produtos básicos comprados e da eliminação de outros. Ela atinge também a escolha de quando e onde comprar. É que o forte aumento dos combustíveis impôs despesas adicionais com transporte.

Pesquisa Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo (Sincovaga) mostra, por exemplo, que 67% dos consumidores estão indo às compras com menos frequência e quase a metade (46%) admite que o aumento do preço do combustível influi na escolha da loja onde faz a despesa. A preferência passou a ser pelo mercado de vizinhança, onde se pode ir a pé. Esse é o local escolhido por 46,3% dos entrevistados, superando os supermercados (29,6%), os hipermercados (22,2%) e até o comércio online (20,4%).

Por causa do movimento menor que há nesses estabelecimentos e o giro mais lento das mercadorias, Álvaro Furtado, presidente do Sincovaga, explica que a loja de vizinhança demora mais tempo para atualizar os preços. Também por esse motivo, a loja de vizinhança ganha a preferência do consumidor num ambiente de inflação alta, argumenta.

Pesquisar preços (75,3%), dar prioridade às promoções (61%) e experimentar marcas mais acessíveis (59,7%) têm sido as estratégias usadas para fazer a compra se encaixar no orçamento. Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 16 de abril.

Maior preço em cem anos encerra era da comida barata

O principal índice global de preços de alimentos das Nações Unidas atingiu em março o maior nível em 61 anos, e série do FMI (Fundo Monetário Internacional) a partir de 1900 aponta recorde em cem anos.

O patamar atual supera as marcas do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da primeira crise mundial do petróleo (1973-1974), segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Os dados do FMI sugerem que fica atrás somente do nível registrado após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Pressionada pelo conflito na Ucrânia, a inflação de alimentos vinha subindo desde 2000 —e ganhou ímpeto antes do início da pandemia, no final de 2019.

Ela tem por trás causas conjunturais, como a Covid-19 e a guerra; e estruturais, como o aumento da renda na Ásia e na África e mudanças climáticas, que tornam safras imprevisíveis.

No conjunto, esses fatores marcam o fim de uma era de alimentos relativamente baratos, que ajudaram a reduzir a pobreza e a fome no mundo na segunda metade do século 20.

Para o Brasil, a explosão nos preços de comida e combustíveis criou um paradoxo: enquanto a população empobrece e reduz o padrão alimentar, as contas públicas melhoraram e o risco fiscal diminuiu com o aumento da arrecadação de impostos gerado por mais receita com exportação de commodities, como grãos e petróleo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 17 de abril.